

18 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

Fábio Camargo nega erros na eleição do TC

Conselheiro afastado falou pela primeira vez à imprensa sobre polêmicas envolvendo o processo que o conduziu ao órgão

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba—O ex-deputado estadual Fábio Camargo negou ontem, em entrevista coletiva, a possibilidade de ter havido pressão ou tráfico de influência na eleição que o levou ao Tribunal de Contas (TC) do Paraná. Afastado do cargo devido a um mandado de segurança impetrado por um dos candidatos derrotados no pleito, o empresário Max Schrappe, ele se defendeu das acusações que apontam para irregularidades no processo. Foi o primeiro pronunciamento do advogado desde a eclosão das denúncias envolvendo o seu nome e o de seu pai, o ex-presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Estado e desembargador afastado, Clayton Camargo.

"Essas denúncias não foram aprofundadas por falta de materialidade. Falta de materialidade por quê? Porque não existe nada que comprove.

Não existe nada que comprove por quê? Porque não houve." O ex-parlamentar garantiu que considera a sua eleição "a mais aberta, a mais transparente e a mais democrática da história" do TC e, "quem sabe", de outros tribunais no Brasil.

Ele rebateu argumentos acatados pela Justiça para a anulação do pleito do dia 15 de julho, entre eles o suposto privilégio que a comissão responsável por homologar as candidaturas teria dado a Camargo, ao reunir documentos ausentes no registro de inscrição do ex-deputado. "Quando a comissão colocou, no Diário Oficial, os nomes dos candidatos que levaram toda a documentação, o meu não apareceu. Ou seja, os demais tiveram um prazo maior para completar. Mas em seguida a própria comissão viu essa pequena falha e buscou por si só as certidões", explicou.

Ele também falou sobre outro argumento acatado pela Justiça: o número insuficiente de votos no primeiro turno. Em relação ao quórum qualificado, Camargo alegou que a contagem estava correta, pois tanto ele como o também parlamentar Plauto Miró (DEM) se abstiveram de votar. "São duas chamadas: em painel eletrônico e nominal. Na nominal, no momento da votação, que é o que traz o quórum, nem eu nem o Plauto nos pronunciamos. Se não trouxemos a abstenção, é porque não estávamos lá como deputados. Se tivéssemos respondido, estaríamos ocorrendo em grave erro, porque teríamos de ter declarado impedimento." Dos 54

membros da Assembleia Legislativa (AL), 27 votaram no ex-petebista. Conforme o regimento, para ser eleito sem a necessidade de um segundo escrutínio, era preciso metade mais um dos votos.

No último dia 10, a Justiça de primeiro grau determinou a anulação do resultado da eleição justamente devido a questão da contagem. Para Camargo, porém, "juridicamente e tecnicamente" a convocação de novo pleito é impossível. "A condição de um conselheiro, quando assume, é a mesma de um magistrado, de vitaliciedade. A defesa acredita que a decisão será reformada." Questionado sobre o tema antes da abertura da sessão plenária de ontem, o presidente da AL, Valdir Rossoni (PSDB), limitou-se a dizer: "Ele (Camargo) está equivocado".

Ele revelou ainda que estuda "outras medidas jurídicas" para tentar reverter a decisão da desembargadora Regina Portes, do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, que o afastou do cargo de conselheiro até julgamento final do mandado de segurança de autoria de Max Schrappe. Camargo já fez uma tentativa no próprio TJ, mas teve seu mandado de segurança negado pelo desembargador Ruy Cunha Sobrinho.

CONTINUA

18 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO



Fabio Camargo garantiu que considera a sua eleição "a mais aberta, a mais transparente e a mais democrática da história"

18 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

AL aprova aumento de custas

Mariana Franco Ramos

Reportagem Local

Curitiba - O projeto de lei 609/2013, que reajusta as custas de cartórios judiciais e extrajudiciais em 11,45%, foi aprovado ontem em primeira e segunda votação na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná. Para que entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, a matéria deve ser apreciada em mais duas discussões na Casa, seguindo na sequência para sanção do governador Beto Richa (PSDB).

Conforme o PL, de autoria do Tribunal de Justiça (TJ) do Estado, o módulo unitário passará dos atuais R\$ 0,141 para R\$ 0,157. O TJ pretendia que o aumento fosse concedido anualmente, por meio de decreto que repusesse as perdas inflacionárias. Uma emenda da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que suprimiu o artigo 2º do texto original, porém, vetou essa possibilidade.

A primeira proposta de reajuste, que em alguns casos chegava a 200%, foi enviada à AL no final do ano passado, mas após uma série de polêmicas acabou retirada. Na época, mesmo reduzindo os índices para 18,44%, os desembargadores não contornaram as críticas.

Desta vez, dos 49 membros da AL presentes à sessão, apenas o deputado Alceu Maron Filho (PSDB) votou contra. "Como advogado com mais de 20 anos de exercício em comarca no interior, presenciei diversos cidadãos e cidadãs que quiseram ter acesso à Justiça e que não puderam por causa dos altos custos", justificou.

Já o deputado Caíto Quintana (PMDB) rebateu que o reajuste não era concedido há dois anos. "O cartório tem de pagar o aluguel, a tinta, os equipamentos, os funcionários e os telefones, para prestar um serviço com fé pública."

Outro projeto do TJ aprovado ontem, já em redação final, foi o 670/2013, que reestrutura o quadro de servidores do Judiciário.

18 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

MP nega renovação de licença e Vasques pode deixar Sesp

Julgamento foi mais um
capítulo da queda de
braço entre Gaeco e
Secretaria de Segurança

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba – O Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) negou ontem o pedido de renovação da autorização para que o secretário estadual de Segurança Pública, Cid Vasques, permaneça no cargo. A licença vence no dia 1º de janeiro. Caso nenhum recurso seja acatado pela Justiça, Vasques tem até o último dia de 2014 para optar pela permanência à frente da pasta ou pela carreira de procurador de Justiça.

O pedido de renovação da licença é anual e foi feito pelo governador Beto Richa (PS-DB). Vasques compareceu à sessão acompanhado da cúpula da segurança pública. Por dez minutos, apresentou defesa antes do início da votação.

A rejeição ao pedido foi aprovada por oito votos a um. Votaram contra a licença o procurador-geral de Justiça e presidente do CSMP, Gilberto Giacóia, o corregedor geral do MPPR, Arion Rolim Pereira, o

relator do processo, Marco Antônio Corrêa Sá, e os procuradores Sônia Maria de Oliveira Hartmann, João Zaians Jr., Jacqueline Batisti e Mateus Eduardo Siqueira Nunes Bertoncini. O único voto favorável foi o da procuradora Terezinha de Jesus Souza Signorini.

A queda de braço entre Secretaria Estadual de Segurança Pública (Sesp) e Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), órgão do MPPR, começou em agosto, logo após o governo anunciar a implantação de um sistema de rodízio de policiais no órgão.

Em reação à medida, o Gaeco pediu que o CSMP revogasse a licença que permitia a Vasques ocupar o cargo de secretário de Segurança. A alegação do Ministério Público é que o rodízio de policiais afeta a qualidade das investigações. O CSMP, no entanto, não pode analisar o pedido de revogação da licença por força de mandado de se-

gurança obtido por Cid Vasques junto ao Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR). Na segunda-feira, na última sessão do órgão especial do TJPR, foi decidido que o processo administrativo no CSMP não pode correr enquanto o mandado de segurança não for analisado pelo tribunal, o que deve ocorrer somente em janeiro, após o recesso do Poder Judiciário.

CONTINUA

18 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Secretário diz que esperava resultado

Curitiba - Ao saber do resultado do julgamento, o secretário estadual de Segurança Pública, Cid Vasques, disse que vai avaliar o mérito da questão e olhar com calma o que pode ser feito em relação à decisão. Afirmou ainda que "já previa o resultado da votação". "Essa decisão não me surpreende. Agora vamos analisar para ver o que será feito", declarou.

Vasques ainda ressaltou que a Sesp trabalha com planejamento e que "uma política de segurança está em andamento". "O MP tem uma visão muito própria de atuação, e eu me preocupo com a questão macro da segurança. É importante o trabalho em relação ao crime organizado, mas o governo do Estado, neste ato de cooperação com o MPPR, para garantir o funcionamento do Gaeco, atende na medida de suas possibilidades", completou.

O governador Beto Richa (PSDB) criticou a decisão do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP). "Acho uma medida completamente descabida, uma decisão política sem sentido algum. O coordenador do Gaeco alega que o rodízio de alguns policiais prejudicaria as operações do órgão e agora eu

pergunto: e tirar um secretário não atrapalha a segurança do Paraná?", questionou.

Seju

Diferentemente de Cid Vasques, a secretária estadual de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Maria Tereza Uille Gomes, que também é procuradora de Justiça, teve a renovação de licença aprovada por unanimidade pelo CSMP.

Gaeco

O coordenador estadual do Gaeco, Leonir Batisti, não quis comentar a decisão do Conselho do MPPR. Apenas informou que, desde que o rodízio foi implantado, no mês de setembro, 20 policiais, entre militares e civis, foram remanejados dos sete núcleos do Gaeco (Curitiba, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel, Guarapuava e Guaíra).
(R.C.J.)

18 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

Liminar mantém Edgar Bueno no cargo

Mariana Franco Ramos
Reportagem Local

Curitiba - O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná concedeu liminar que garante a permanência de Edgar Bueno (PDT) na Prefeitura de Cascavel até que o caso seja concluído. A informação foi confirmada ontem pelo deputado estadual Professor Lemos (PT), segundo colocado nas eleições de 2012 e autor da ação, que corre em segredo de Justiça. A decisão foi tomada na noite de segunda-feira.

Bueno e seu vice, Maurício Theodoro, foram cassados por supostamente terem cometido propaganda enganosa durante a campanha. Nas peças publicitárias, eles alegavam que o parlamentar não mora mais na cidade, motivo pelo qual não poderia assumir a chefia do Executivo. De acordo com o juiz, o fato "maculou o processo", levando os eleitores a acreditar que Lemos praticou crime de falsidade ideológica.

Ontem o petista disse que recebeu a decisão com tranquilidade. De acordo com ele, a liminar foi concedida para que o presidente do TRE, Rogério Coelho, faça a admissibilidade, isto é, decida se o recurso será encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou se será encerrado no Paraná.

18 DEZ 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME FOLHA

Caso Banestado

O doleiro Paulo Roberto Krug, investigado pelo Ministério Público Federal (MPF) no caso Banestado e com atuação na região de Curitiba, foi preso no dia 3 de dezembro e passa a cumprir sua pena de 4 anos, 9 meses e 18 dias em regime semi-aberto. Como observou o juiz do caso, Sergio Fernando Moro, da 13ª Vara Federal de Curitiba, "ao contrário do conhecimento vulgar sobre a matéria, o regime semiaberto constitui prisão e a saída temporária, inclusive para trabalho e estudo, só é permitida após o cumprimento de pelo menos um sexto da pena".

Acusação em 2004

O doleiro foi acusado pelo MPF em 2004 pela realização de uma série de operações ilegais feitas no mercado de câmbio paralelo, conhecidas como "dólar-cabo", por meio de uma conta mantida no exterior em nome de uma empresa offshore com sede nas Ilhas Virgens Britânicas, a Tallmann Finance Corporation. Em razão dessas operações, ele foi condenado pela prática de uma série de crimes contra o sistema financeiro nacional. Esse caso ocorreu no berço da investigação e processamento criminal de doleiros no Brasil, inaugurados pela atuação da Força Tarefa CC5 do caso Banestado, uma equipe formada de procuradores da República e delegados de Polícia Federal.

Longo processo judicial

Embora a sentença condenando o doleiro tenha sido proferida em 2005, o fim do processo só aconteceu agora, após um longo processo judicial em que foi reconhecido, pelo Superior Tribunal de Justiça, "abuso do direito de recorrer". Este é mais um caso que traz à tona a ineficiência do sistema de justiça criminal brasileiro, o qual permite que o réu ofereça uma série de medidas protelatórias.

18 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

Taxas de cartórios terão
alta de 11% no dia 1.º

Taxas de cartórios do PR terão reajuste de 11,45%

Deputados estaduais aprovam novos valores, que passam a valer a partir de 1º de janeiro. Artigo que permitiria ao presidente do TJ reajustar as custas anualmente foi barrado na votação

Euclides Lucas Garcia

Após um ano de muitas idas e vindas, a Assembleia Legislativa do Paraná aprovou ontem, em primeira e segunda discussões, o aumento nas custas dos cartórios do estado. Pelo projeto do Tribunal de Justiça (TJ), o reajuste será de 11,45% e passará a valer a partir de 1.º de janeiro. Os deputados, no entanto, retiraram do texto o artigo que permitiria ao presidente do TJ passar a reajustar as taxas anualmente com base na inflação por meio de decreto, dispensando a necessidade de análise por parte do Legislativo. Hoje a matéria passará por mais duas votações — apenas de praxe —, antes de ser enviada à sanção governamental.

De acordo com a proposta do Judiciário, o valor de referência de custas (VRC) — uti-

lizado como base para determinar o valor de cada serviço — passará de R\$ 0,141 para R\$ 0,157. O reajuste, segundo o TJ, equivale à inflação acumulada de outubro de 2011 a setembro de 2013. “Mostra-se essencial que se promova a reposição inflacionária com vistas à manutenção dos serviços prestados, uma vez que os custos diretos e indiretos para a prestação do serviço sofreram ajustes em vista da política de mercado”, justifica o tribunal.

Para estabelecer o índice de 11,45%, ocorreram diversas reuniões entre deputados e a cúpula do TJ na tentativa de se chegar a um consenso. Os desencontros em torno do assunto vêm desde o ano passado, quando o tribunal propôs aumentar os valores de algumas taxas em até 300%. Depois de muita pressão de diversas entidades de classe e da sociedade civil, os desembargadores optaram por um reajuste linear de 18,44%. A redução, porém, não foi suficiente para contornar as críticas, e a matéria não foi colocada em votação à época.

No texto votado ontem, que foi enviado à Assembleia em novembro, não houve grandes divergências em torno do aumento. Para aprovar a matéria, entretanto, os deputados exigiram a retirada do trecho que dava poderes ao TJ de reajustar as custas por decreto.

Único parlamentar a votar contra a proposta, Alceu Maron (PSDB) afirmou que o reajuste vai dificultar ainda mais o acesso dos paranaenses à Justiça. “Por 20 anos, atuei como advogado em diversas comarcas do interior e sei como os valores cobrados nos cartórios são um pedágio no acesso à Justiça e à vida como cidadão”, defendeu.

Mudanças

Há cerca de um mês, o presidente do TJ, desembargador Guilherme Luiz Gomes, informou que iria formar um grupo de estudos para propor a revisão do regimento de custas do estado. A ideia é enviar a proposta para o Legislativo até março, para que o tema possa ser debatido ao longo de todo o ano de 2014. “O regimento é de 1970 e não representa mais a realidade. Uma ação ajuizada num foro cível no valor de R\$ 50 mil, por exemplo, vai pagar o mesmo valor de custas de uma ação que um banco promova no valor de R\$ 5 milhões. Temos de fazer um ajuste”, disse na ocasião.

18 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

PARANÁ

Governo fecha acordos de R\$ 280 mi com devedores do Fisco Estadual

Em meio a graves problemas de caixa, o governo do Paraná conseguiu fechar acordos com contribuintes em dívida com a Receita Estadual no valor de R\$ 280 milhões. As negociações foram costuradas durante a Semana Nacional de Conciliação, promovida anualmente pelo CNJ, que ocorreu entre os dias 2 e 6 de dezembro. Isso também foi possível graças a uma lei aprovada pela Assembleia Legislativa dias antes do evento, que instituiu parcelamento especial de dívidas de ICMS e do ITCMD (o imposto sobre heranças e doações). Pela nova legislação, os débitos de ICMS agora podem ser parcelados em até 84 meses em vez de no máximo 60 meses, como era antes. Já o parcelamento máximo das dívidas de ITCMD saltou de 20 para 36 vezes. (ELG)

18 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

**Coluna
do leitor**

Juízes 1

Deveriam os senhores juízes (**Gazeta**, 17/12) saber que os inconformados mudaram o mundo. Os magistrados poderiam justificar-se de forma mais criativa, pois todo cidadão sabe que recorrer à estrutura de reclamação do Judiciário é inócuo, uma vez que o corporativismo é enorme. E férias duas vezes ao ano são, sim, vergonhosas. Logo haverá uma revolta dos cidadãos de bem com a situação da Justiça brasileira.

Lineu Ferreira, Pinhais - PR

Juízes 2

A professora Regina Kracik Teixeira (**Gazeta**, 15/12) critica o comportamento de alguns juízes. Mas onde está a prova dessas acusações? Por que a professora não se dirigiu diretamente à Corregedoria de Justiça, órgão competente para apurar e confirmar ou não esses fatos relatados? A meu ver, o relato da professora é tão absurdo que dificilmente se pode crer nele, sobretudo por se tratar de um magistrado. No Judiciário deste estado, como magistrado jamais tive notícia de conduta de juízes como a narrada pela autora.

Zanoni Quadros Gonçalves

18 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

» QUEDA DE BRAÇO

Conselho do MP nega licença ao procurador Cid Vasques

Conselho obriga Vasques a optar entre Sesp e MP

O secretário da Segurança Pública do Paraná e procurador de Justiça Cid Vasques será obrigado a optar por um dos dois cargos a partir de janeiro. O Conselho Superior do Ministério Público negou a renovação da licença que permite a ele ocupar o cargo no governo. Para o governador Beto Richa, a decisão foi um ato "descabido" do MP.

Secretário de Segurança deverá deixar o cargo que ocupa e voltar ao Ministério Público a partir de janeiro de 2014. Vasques estuda forma de recorrer da decisão e continuar no governo

Diego Ribeiro

O secretário da Segurança Pública e procurador de Justiça Cid Vasques será obrigado a optar por um dos dois cargos a partir de janeiro de 2014. O Conselho Superior do Ministério Público (MP) negou ontem a renovação da licença que permite a Vasques ocupar o cargo no governo estadual por oito votos contra um. Caso não deixe o cargo até o último dia do ano, o procurador poderá sofrer sanções administrativas no MP, sua instituição origem. Vasques informou que avalia uma forma de recorrer da decisão.

Os procuradores que compõem o conselho alegam que a decisão do secretário de implantar o rodízio de policiais no Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) se choca com os interesses da sociedade e enfraquece a segurança pública do estado.

"A política recentemente implementada pelo secretário, ao fragilizar a estrutura e, conseqüentemente, as investigações levadas a cabo pelo Ministério Público, deixa em desalinho inúmeros procedimentos complexos por excelência em virtude da troca de comando das investigações e dos policiais que lá se encontram lotados, circunstância que só traz morosidade, constatação que ostensivamente contraria os interesses da sociedade, carente da implementação efetiva dos direitos fundamentais a ela concedido", criticou o relator da representação que pedía a renovação da licença, o procurador Marco Antônio Corrêa de Sá.

Defesa

A procuradora Terezinha de Jesus Souza Signorini foi a única a discordar do rela-

tor. Na avaliação dela, não cabia analisar o mérito em razão de que há no Tribunal de Justiça uma ação em que Vasques questiona o fato de o conselho tentar votar, em outra oportunidade, o pedido de revogação da licença, solicitado pelos promotores do Gaeco. Vasques questiona ainda na Justiça que não lhe foi concedido o direito a ampla defesa.

"A revogação da licença só não aconteceu porque o Judiciário impediu um ato arbitrário. Já estava antevista. O conselho hoje [ontem] julgou o mérito da representação e não julgou o pedido, o que é curioso, sem o exercício do contraditório, pois foi me dada a palavra antes de eu saber do conteúdo do voto do relator", criticou o secretário, que compareceu à sessão acompanhado de toda a cúpula da segurança pública do Paraná.

Na mesma sessão, o conselho aprovou, por unanimidade, a renovação da licença da procuradora Maria Tereza Uille Gomes, que está afastada do MP para exercer o cargo de secretária estadual da Justiça.

CONTINUA

18 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

REAÇÃO

Governador diz que decisão do conselho é “política e descabida”

O governador Beto Richa considerou a não renovação da licença do procurador de Justiça Cid Vasques um ato “descabido” do Ministério Público (MP). Em entrevista coletiva no Palácio Iguaçú, Richa criticou duramente a dependência do Gaeco da estrutura do Estado para investigar. “Acho uma medida completamente descabida. Foi uma decisão política, sem sentido algum”, afirmou.

Na avaliação dele, é um direito do governo do estado realizar o rodízio de policiais cedidos aos Gaecos. Segundo o governador, não pode ser uma prerrogativa do MP o tempo que os policiais permanecem no Gaeco, pois poderia prejudicar a segurança pública. “O Estado banca todas as operações do Gaeco, o guarda, o sombra [sistema para interceptar ligações telefônicas], Bancamos os policiais, as viaturas, a manutenção, o combustível, os telefones, bancamos tudo e a nós não é dada nenhuma satisfação do que acontece no Gaeco. Agora nem rodízio podemos fazer”, questionou Richa.

O governador garantiu que a política de rodízio dos policiais vai continuar, mesmo com a não renovação da licença de Vasques. (DR)

CRÍTICA

O secretário Cid Vasques e governador Beto Richa disseram estranhar as operações realizadas pelo Gaeco nas últimas semanas – uma delas prendeu o ex-delegado geral Marcus Vinícius Michelotto. “Causa estranheza que nos últimos dias, muitas operações que não aconteciam com frequência, aconteceram nas duas últimas semanas. Estava para ser julgada a questão do Cid Vasques e eles quiseram mostrar serviço para sociedade”, afirmou Richa. Michelotto é acusado de envolvimento com jogos de azar em Curitiba. A investigação que resultou na prisão dele teve início há dois anos com o fechamento de uma mansão-cassino no bairro Parolin.

» TRIBUNAL DE CONTAS

Eleição para o TC foi transparente, diz Camargo

Jonathan Campos/Gazeta do P



Camargo: argumentos para tirá-lo do cargo não procedem.

Taiana Bubniak

Afastado pela Justiça desde o mês passado do cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná (TC), Fabio Camargo falou ontem publicamente pela primeira vez sobre o caso. Disse que vai continuar lutando para reassumir a cadeira no TC por considerar que sua eleição para o cargo, em votação realizada pela Assembleia no mês de julho, foi “transparente” e “democrática”. Mas admitiu que, por ser deputado à época, tem um contato mais fácil com os eleitores — os colegas parlamentares. “Pela proximidade com os colegas, temos contato mais facilitado”, reconheceu.

Mas Camargo rechaçou a hipótese de haver corporativismo na Assembleia na eleição para o TC. Ele ainda disse que aceita a pressão popular que questiona sua eleição. “Vejo isso com tranquilidade. A sociedade quer que a escolha seja feita de uma forma diferente, porque é tradição que os conselheiros sejam oriundos do Legislativo. A população vê isso com certo ranço.”

Sobre a possibilidade de a Assembleia convocar nova eleição, Camargo disse entender que essa possibilidade está descartada. “Não há possibilidade de uma nova eleição, pois não existe nada de errado com a minha escolha”, afirmou.

Recursos

Camargo impetrou mandado de segurança contra a liminar que o afastou do TC, mas o pedido foi indeferido. Agora, a defesa estuda alternativas jurídicas para rever a decisão.

O conselheiro disse ontem que não procedem nenhum dos argumentos que o afastaram do TC: a alegação de que Camargo não apresentou documentação necessária e que não obteve o número mínimo de votos para ser eleito em primeiro turno.

Sobre a documentação, Camargo afirmou que foi prejudicado em vez de beneficiado. “Quando saiu a relação dos candidatos no Diário Oficial, meu nome constava como se toda a documentação estivesse correta. Onde está meu benefício? A própria comissão que cuidava da eleição fez a diligência e buscou a certidão que faltava.”

O conselheiro afastado alega ainda que teve votos de 27 dos 52 deputados que participaram da eleição — metade mais um dos presentes,

suficiente para elegê-lo em primeiro turno. A Justiça entendeu, porém, que havia 54 deputados — pois Camargo e seu principal concorrente, o também deputado Plauto Miró (DEM), se abstiveram da votação, mas estiveram presentes. Nesse caso, seriam necessários 28 votos.

Camargo ontem rebateu esse entendimento. “Eu e o Plauto nos abstermos da eleição antes de começar a votação; ou seja, estávamos ali como candidatos, e não como deputados”, disse. Segundo ele, o Diário Oficial da Assembleia registra dois quóruns, um com 54 deputados e outro com 52, este último verificado pouco antes da votação para a escolha do conselheiro do TC.

Colaborou Angieli Maros

18 DEZ 2013

GAZETA DO POVO



VIOLÊNCIA

CNJ dá prazo de 30 dias para criação de juizados do torcedor

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) recomendou ontem aos tribunais estaduais que criem num prazo de 30 dias juizados do torcedor e de grandes eventos. A sugestão tem o objetivo de tentar prevenir atos de violência em estádios e preparar o Brasil para a Copa do Mundo. De acordo com informações divulgadas pelo CNJ, os juizados terão competência para decidir causas cíveis, fazendárias e criminais, como delitos de menor potencial ofensivo. Pela recomendação, coordenadorias deverão ser criadas para desempenhar tarefas como a manutenção de um banco de dados que informe quais torcedores estão impedidos de frequentar jogos de futebol.

A recomendação foi feita pelo CNJ após torcedores do Vasco e do Atlético terem protagonizado uma briga generalizada no dia 8 de dezembro, em Joinville (SC), pela última rodada do Brasileirão. Na ocasião, a presidente Dilma Rousseff defendeu a criação de uma "delegacia do torcedor" para coibir a violência nos estádios.

Dieta especial para Jefferson na prisão

A defesa do delator do mensalão, Roberto Jefferson, enviou ao STF documento pedindo que a administração do presídio do Rio de Janeiro informe se conseguirá ou não servir a dieta especial receitada por seu médico. Segundo o laudo, Jefferson precisa de dieta composta de geleia real, salmão defumado, sucos com água de coco, mel e frutas frescas.

Código Penal

A Comissão Especial do Senado aprovou ontem relatório do senador Pedro Taques (PDT-MT) que altera o Código Penal. O texto endurece penas para quem comete homicídio: se culposo, a penalidade passa de um a quatro anos de prisão para dois a seis; se dolosa, a pena mínima é aumentada de seis para oito anos. No caso do aborto, o relator manteve o que está na lei: não é punido quando houver risco à vida da mulher ou em caso de estupro. Com relação ao uso de drogas, continua sendo crime fazer uso dessas substâncias, mas não haverá pena de privação de liberdade.

IMPROBIDADE

Justiça condena ex-governador pelo mensalão do DEM

A Justiça condenou o ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda e a deputada federal Jaqueline Roriz (PMN-DF) por improbidade no esquema de corrupção conhecido como mensalão do DEM. Arruda, Jaqueline e o marido dela, Manoel Costa de Oliveira Neto, terão de ressarcir R\$ 300 mil aos cofres públicos e pagar multa de R\$ 600 mil, além de outros R\$ 200 mil por danos morais. Eles perderam os direitos políticos por oito anos.

18 DEZ 2013

GAZETA DO POVO

AGRADECIMENTO PÚBLICO

A Família da

**MINISTRA DOUTORA DENISE
MARTINS ARRUDA**

Agradece ao Hospital Sugizawa e toda a sua equipe pelo carinho demonstrado diante a sua enfermidade.

Em especial aos médicos Dr. Marcelo Kaminski e Francisco Pegoreto, nossa eterna gratidão.

MISSA 7º DIA

A Família da

**MINISTRA DOUTORA DENISE
MARTINS ARRUDA**

Agradece a todos que a confortaram neste momento difícil e convida para a missa de 7º dia a realizar-se **as 19 horas do dia 18 de dezembro de 2013** na

Paróquia Cristo Rei. Rua Padre Germano Maier.

18 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

'TJ tirou verba da educação', diz Haddad

Prefeito critica decisão de mandar criar vagas em creche ao mesmo tempo em que barra IPTU

Artur Rodrigues
Paulo Saldanha

O prefeito Fernando Haddad (PT) criticou ontem o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), que barrou o aumento do IPTU. Ele apontou contradição após comentar outra ordem judicial, determinando a criação de 150 mil vagas para educação infantil.

No dia 11, 22 dos 25 desembargadores do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-SP) decidiram a favor dos argumentos de duas ações diretas de inconstitucionalidade (Adins) movidas separadamente pela Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) e pelo PSDB. Anteontem, o TJ-SP decidiu que Haddad deveria ser obrigado a cumprir a promessa de campanha para criação de vagas até 2016.

"O tribunal suspendeu a revisão de valores da planta genérica do IPTU. Então, isso vai na contramão de mais creches", disse Haddad. O TJ-SP afirmou que, como se trata de decisão judicial, não se pronunciaria.

Educação. O maior congelamento de recursos no ano que vem, se não houver reajuste, será na educação. A estimativa é que a pasta perca R\$ 249 milhões. "Na prática, o que o tribunal decidiu foi menos verba para educação. Quem decidiu isso foi o próprio tribunal que agora exige mais verbas para educação. Vamos precisar equacionar", disse o prefeito.

Em audiência de conciliação que antecedeu decisão do TJ sobre educação infantil, a Prefeitura evitou se comprometer judicialmente com o que consta no Plano de Metas. O TJ obrigou o Município a criar 150 mil vagas em educação infantil até 2016, sendo 105 mil em creche. Metade deve ser entregue até meados de 2015 – o que o secretário de Educação, Cesar Callegari, disse ser impossível de cumprir pelos desafios na obtenção de recursos e terrenos.

Brasília. Haddad apostava ontem em conseguir reverter a decisão no Supremo Tribunal Federal (STF). Ele viajou a Brasília junto com o procurador-geral do Município, Celso Augusto Coccaro Filho.

O prefeito se encontrou com o ministro do STF Luiz Alberto Barroso para tratar das dívidas do Município referentes ao pagamento de precatórios judiciais – dívidas decorrentes de decisões judiciais. Segundo o ministro, Haddad está disposto a resolver o problema. O STF declarou, no início do ano, a ilegalidade do pagamento parcelado. O tribunal precisa definir como serão pagos os precatórios anteriores. A Corte começou a discutir o assunto, mas Barroso pediu vista, adiando a decisão. O prefeito também esteve no Ministério da Justiça, onde se encontrou com o ministro José Eduardo Cardozo. / COLABOROU MARIÂNGELA GALUCCI

Conta

R\$ 806 mi

é o valor que a Prefeitura deve perder de receita se a Justiça não reverter a decisão que barra o aumento do IPTU.

243

creches são prometidas pela gestão Haddad. A administração prevê a entrega de mais dez Centros de Educação Infantil no primeiro semestre de 2014.

18 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

STJ manda Universal devolver R\$ 74 mil a fiel

Ex-contadora diz que pastor a pressionou para obter um sacrifício 'em favor de Deus'; Igreja alegou interferência na liberdade de crença

Mariângela Galucci | BRASÍLIA

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou que a Igreja Universal do Reino de Deus terá de devolver R\$ 74 mil a uma fiel. Ex-contadora da instituição religiosa, a mulher afirmou ter recebido uma grande quantia em 2003 como pagamento por um serviço. Mas disse que doou os R\$ 74 mil em duas parcelas, após ter sido pressionada por um pastor para que fizesse um sacrifício "em favor de Deus".

Conforme informações divulgadas ontem pelo STJ, a ex-fiel sustentou que na época passava por um processo de separação judicial e estava atordoada e frágil. Ao insistir para que a doação fosse feita, o pastor teria ligado para ela e feito visitas à residência. Depois disso, ele teria sumido da igreja.

Em 2010, a ex-contadora da Universal protocolou uma ação na Justiça com o objetivo de anular a doação. Ela afirmou que após a doação passou a sofrer de depressão, perdeu o emprego e ficou sem dinheiro.

Oferenda. De acordo com informações do STJ, a igreja argumentou que os atos de doação estão apoiados na liturgia e na *Bíblia*, que prevê oferendas a Deus. Por esse motivo, a doação feita pela mulher não poderia ser desvinculada do contexto religioso. A defesa da IURD destacou a história da viúva pobre, em que a *Bíblia* afirmaria ser muito mais significativo o ato de fé de quem faz uma doação tirando do próprio sustento.

TRECHO

"Dos autos se extrai um declínio completo da condição da autora,

a partir das doações que realizou em favor da ré, com destaque para a última, que a conduziu à derrocada, haja vista que da condição de profissional produtiva, possuidora de renda e bens, passou ao estado de desempregada, endividada e destituída da propriedade de bem imóvel"

A igreja sustentou ainda que não deveria haver interferência estatal na liberdade de crença. Procurada por meio de sua assessoria de imprensa, a Universal não se manifestou.

Antes do STJ, o Tribunal de Justiça (TJ) do Distrito Federal já havia decidido a favor da ex-fiel. Conforme o TJ, a doação comprometeu o sustento da mulher. Segundo o tribunal, o Código Civil estabelece que é nula a doação de todos os bens sem reserva de parte para a subsistência.

No STJ, a igreja alegou que não houve uma doação universal, uma vez que a ex-fiel manteve um imóvel, carro e parte da renda. Mas os ministros concluíram que era impossível reverter provas. Por esse motivo, foi mantida a decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

18 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

JUSTIÇA

CNJ abre processo contra 3 magistrados por pagamento indevido de precatórios

O Conselho Nacional de Justiça decidiu ontem abrir um processo administrativo para investigar suspeitas de participação de três magistrados de Rondônia com o pagamento indevido de precatórios, que são as dívidas decorrentes de decisões judiciais. Serão investigados no processo do CNJ o desembargador Vulmar de Araújo Coêlho Junior, do Tribunal Regional do Trabalho da 14.ª Região (Rondônia e Acre), e juízes do Trabalho Domingos Sávio Gomes dos Santos e Isabel Carla Piacentini.

No Superior Tribunal de Justiça tramitam inquéritos para apurar suspeitas contra os magistrados, que já foram afastados de seus cargos por decisão do STJ. O CNJ também resolveu que eles devem ficar afastados durante as investigações. Após as apurações, os juízes serão julgados. A pena máxima prevista na esfera administrativa é a aposentadoria compulsória. No caso do inquérito criminal que tramita no STJ, se ele resultar em condenação, os magistrados podem ser demitidos.

18 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Juízes relatam clima tenso na Papuda

Tribunal de Justiça nega pedido de magistrados que queriam deixar de atuar em casos relacionados ao presídio, envolto em ameaças de rebelião

Mariângela Gallucci / BRASÍLIA

O vice-presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Distrito Federal, Sérgio Bittencourt, rejeitou na semana passada um pedido de transferência feito por juízes que atuam na Vara de Execuções Penais (VEP) em Brasília. Eles são responsáveis pela execução das penas dos condenados pelo Supremo Tribunal Federal por envolvimento com o mensalão no Complexo Penitenciário da Papuda.

Conforme reportagem publicada ontem pelo jornal *O Globo*, três juízes da VEP pediram a remoção por causa de conflitos surgidos desde a chegada à Papuda, em novembro, de condenados no processo do mensalão. No dia 15 daquele mês, feriado de Proclamação da República, foram presos ex-dirigentes do PT como o ex-deputado José Genoíno e o ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. Ambos, entre outros condenados, chegaram à Papuda no dia seguinte.

A assessoria de comunicação do TJ-DF confirmou que houve o pedido de transferência e que ele foi negado. No entanto, sob o argumento de que o processo tramita em segredo, a assessoria do tribunal disse que não dispõe de informações sobre o motivo da solicitação feita pelos magistrados que executam as penas.

Além de terem feito o pedido de remoção, os juízes teriam dito que há risco de ocorrer uma rebelião e uma tentativa de fuga do complexo penitenciário da Papuda na véspera do Natal.

Segundo eles, haveria uma suposta sabotagem por parte de agentes penitenciários para tentar prejudicar a VEP.

Berlinda. Desde que a prisão de condenados no mensalão foi decretada, a Vara de Execuções do Distrito Federal está na berlinda. O titular da VEP, Ademar Vasconcelos, foi afastado do caso após o relator do processo do mensalão e presidente do Supremo, Joaquim Barbosa, ter manifestado insatisfação com o trabalho dele.

O caso foi assumido por outros juízes da VEP. Entidades representativas de juízes e advogados reagiram à troca de comando nas execuções.

A Associação dos Juízes para a Democracia chegou a falar em "coronelismo judiciário". "Inaceitável a subtração de jurisdição depositada em um magistrado ou a realização de qualquer manobra para que um processo seja julgado por este ou aquele juiz. O povo não aceita mais o coronelismo no Judiciário", afirmou a entidade, na época.

Na semana passada, a Corregedoria do TJ-DF recebeu um pedido do Ministério Público para que seja apurada a conduta de Ademar Vasconcelos, na condução das primeiras prisões dos condenados no processo do mensalão, em novembro.

Uma das suspeitas do Ministério Público é a de que esses condenados tenham recebido tratamento diferenciado, o que teria provocado tensão na prisão, como receber visitas em dias e horários diferenciados.

Hoje, além de Dirceu e do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, estão presos na Papuda os ex-deputados Pedro Correa, Pedro Henry e Valdemar Costa Neto e o empresário Marcos Valério, o operador do esquema do mensalão. Genoíno está em prisão domiciliar.

18 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Ex-governador é condenado por mensalão do DEM

A Justiça condenou anteontem o ex-governador José Roberto Arruda (PR) e a deputada federal Jaqueline Roriz (PMN-DF) por improbidade administrativa no âmbito de um esquema de corrupção conhecido como mensalão do DEM, que envolvia a compra de apoio parlamentar na Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Pela decisão do juiz Álvaro Ciarlini, da 2.^a Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, Arruda, Jaqueline e o marido dela, Manoel Costa de Oliveira Neto, terão de ressarcir R\$ 300 mil aos cofres públicos e pagar multa de R\$ 600 mil e outros R\$ 200 mil de danos morais. Eles ficarão com os direitos políticos suspensos pelo prazo de 8 anos. Nesse período, não poderão exercer cargo público. E, durante cinco anos, estão proibidos de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios. Também condenado, o ex-secretário de Arruda Durval Barbosa terá uma punição mais amena porque firmou um acordo de delação premiada com o Ministério Público.

O esquema do mensalão do DEM foi revelado após a divulgação de imagens do pagamento de propinas em troca de apoio à candidatura de Arruda ao governo do Distrito Federal, em 2006. Jaqueline apareceu em uma das imagens recebendo dinheiro. Na época ela era candidata a deputada distrital. O próprio Arruda foi flagrado recebendo maços de dinheiro. Ele chegou a ser preso por um tempo. Também renunciou ao mandato.

Além da ação civil, Arruda também é alvo de ação penal que corre no Superior Tribunal de Justiça. O caso, nessa área criminal, ainda não foi julgado.

O Estado não conseguiu localizar Arruda e os condenados ontem para que comentassem a sentença da ação civil da Justiça do Distrito Federal.

● A pagar

R\$ 300 mil

é o valor que os condenados por improbidade administrativa na ação civil do mensalão do DEM terão de devolver, juntos, aos cofres públicos do Distrito Federal.

Jefferson consulta se terá dieta especial

● Advogados do ex-deputado Roberto Jefferson, condenado por envolvimento com o mensalão, pediram ontem ao Supremo Tribunal Federal que consulte a Secretaria de Administração Penitenciária do Rio se há efetivas condições para garantir ao ex-deputado dieta e acompanhamento nutricional nas prisões do Estado.

Jefferson alega sofrer de doença metabólica decorrente de seu tratamento para câncer no pâncreas. Segundo os advogados, a dieta dele é extremamente regradada e inclui salmão defumado, omelete de claras e geleia real. Anteontem, autoridades responsáveis por execuções de penas no Rio informaram ao STF que o sistema prisional do Estado tem condições de receber o ex-deputado.

Processo contra promotor é arquivado

A Corregedoria-Geral do Ministério Público de São Paulo arquivou reclamação disciplinar contra o promotor Silvío Marques, que investiga carteis nos casos Alstom e Siemens. Nelson Gonzaga de Oliveira, corregedor, concluiu pela inexistência de irregularidades atribuídas a Marques por deputados do PT ao Conselho Nacional do MP. A Corregedoria destaca a “evidente presteza do promotor, combativo e zeloso, não há qualquer fato a ser imputado a ele que evidencie mínimo indício de falta funcional”.

Doar para partidos deve ser direito, não obrigação

Embora o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Teori Zavascki tenha pedido vista do processo – o que empurrou para 2014 o julgamento do pleito da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para proibir doações de pessoas jurídicas a campanhas de políticos e partidos –, quatro ministros anunciaram previamente que votarão a favor. Já deixaram claro que concordam com o relator, Luiz Fux, o presidente, Joaquim Barbosa, e seus colegas Dias Toffoli e Luís Roberto Barroso. Faltam dois votos para que a decisão seja tomada, apesar da reação indignada das cúpulas e da maioria nas Casas do Congresso, que se posicionam radicalmente contra a proibição.

A quem interessa manter a doação legal de empresas a candidatos em campanha para ocupar mandatos populares? De acordo com levantamentos feitos sobre o tema, atualmente 97% das doações legais para partidos têm sido feitas por empresas. O objetivo do pedido da OAB é combater a corrupção, que, como é de conhecimento notório e geral, é uma das pragas a serem combatidas sempre e em todos os aspectos para que a política e a gestão do Estado sejam minimamente decentes no Brasil. É certo que a mera proibição da modalidade não porá fim às práticas ilícitas e imorais na vida e na administração públicas no País. Mas também não há dúvida de que pessoas jurídicas não têm direito a voto e tampouco conseguirão dar uma razão clara e objetiva para financiar o objetivo de um candidato ou de um partido de ascender ao poder. Qualquer que seja o motivo alegado, sempre resvalará por um terreno escuso.

Justiça tem de ser ágil, certa e dura contra a corrupção aceita do caixa 2 só de políticos

A proibição de doações empresariais no exercício da disputa pelo poder político terá como consequência inexorável o barateamento das campanhas, feitas a peso de muito dinheiro e pouco pudor. A democracia deve atender primordialmente ao interesse do cidadão e este não será prejudicado se a medida for adotada. Os políticos, sim, terão de gastar menos e só por isso esperneiam.

O eleitor comum poderá beneficiar-se da proibição se o STF a adotar e, assim, mostrar que seguirá pela trilha que tomou ao condenar os maiores dos partidos da aliança governista federal no julgamento do escândalo do mensalão. O que ocorreu desde o ano passado, quando a denúncia da Procuradoria-Geral da República foi aceita pela maioria dos ministros da mais alta Corte da Justiça nacional, foi histórico porque a condenação dos réus que ocuparam postos importantes no governo federal e de direção nos partidos que estão no poder reiterou a igualdade de todos os cidadãos perante a lei. Não foram julgadas nobres biografias políticas, mas criminosas práticas financeiras.

No fundo, o que esteve de fato em debate nas sessões do julgamento foi o privilégio reivindicado pela casta dirigente do Estado brasileiro de ter licença para delinquir, negada ao cidadão comum. Para a massa dos sem mandato, ter contabilidade paralela, ou seja, caixa 2 – amearhar recursos sem origem limpa, não prestar contas ao

Fisco e transgredir as regras do uso de capital –, é crime grave. Eliane Tranchesi, da fina-flor da sociedade paulistana, acusa da desse tipo de delito, foi processada, julgada e presa sem que nenhum representante do povo tenha encontrado uma só atenuante para defender alguma espécie de liberalidade que a livrasse de dura pena.

Isso ocorre em qualquer democracia ou sistema financeiro no mundo. Foi o caso do gângster Al Capone, que ficou livre, leve e solto durante grande parte de sua vida em Chicago, nos Estados Unidos, até ser apanhado num delito fiscal. Foi um deslize de contabilidade em seu Imposto de Renda que levou o facinora, mandante de muitos massacres, a viver seus últimos anos na cadeia. As mãos do chefe não foram algemadas pelo sangue derramado por seus asseclas, mas pela sujeira que juntaram lavando dinheiro do crime.

A impunidade ampla, geral e irrestrita, que resulta da cultura do favor e é estimulada pela corrupção generalizada que entorpece o aparelho policial e os trâmites judiciais, beneficiada pela complacência de legisladores e governantes, permitiu que os políticos profissionais tratassem o caixa 2 como lanas caprinas. Basta lembrar que o mais popular e habilidoso deles em todos os tempos em nosso país, Luiz Inácio Lula da Silva, do alto de sua condição de magistrado-mor e profeta, decretou que seu Partido dos Trabalhadores (PT) tinha, sim, direito de dispor de um caixa 2 para financiar campanhas. Se todos os partidos faziam isso, por que ao dele não se permitia? A pergunta, que, de certa forma, pretende justificar tudo para poucos, está no cerne da questão do financiamento das campanhas.

CONTINUA

18 DEZ 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O Judiciário tem autoridade para restaurar a lógica ao proibir doações empresariais, mas tem de ser ágil, certo e impiedoso para pôr fim à prática indecente do caixa 2 somente pelos partidos.

E isso certamente se fará com a adoção de tolerância zero em relação à doação por baixo dos panos das empresas e aos propinodutos que prosperam à sombra da leniência com o caixa 2 dos políticos. Nunca com o financiamento público exclusivo, como pretende o PT, que luta pela falsa solução pelos mesmos motivos que os outros políticos, seus aliados e adversários, escondem ao reagirem de forma virulenta contra quaisquer medidas que sangrem as galinhas de ovos de ouro das campanhas eleitorais.

Todo cidadão tem o direito de doar dinheiro ganho honestamente e contabilizado legalmente a igreja, clube ou partido político. Neste caso, para evitar que haja o tão reclamado abuso do poder econômico até com a substituição do caixa de empresas por saldos bancários pessoais, convém fixar um limite justo, com base no salário mínimo. Mas nenhum cidadão deve ter a obrigação de doar para algum partido, igreja ou clube – e é isso que aconteceria se o financiamento público obrigatório fosse adotado.



JORNALISTA, POETA E ESCRITOR

18 DEZ 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TRF4

Gebran, Paulsen e Muniz são empossados como desembargadores

Os juízes federais João Pedro Gebran Neto, Leandro Paulsen e Sebastião Ogê Muniz foram empossados, em solenidade realizada na tarde de segunda-feira (16/12), como desembargadores do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4). A cerimônia ocorreu no Plenário da corte, em Porto Alegre, e foi coordenada pelo desembargador federal Tadaaqui Hirose, presidente do tribunal.

Os três magistrados foram conduzidos ao Plenário pelas desembargadoras federais Marga Inge Barth Tessler e Vivian Josete Pantaleão Caminha. A seguir, eles



Sylvio Strangelo/TRF4

Gebran (E), Paulsen e Muniz tomaram posse no Plenário do TRF4

renovaram o juramento, assinaram o termo de posse eletronicamente, por meio do SEI (Sistema Eletrô-

nico de Informações) do TRF4. A nova carteira funcional foi entregue pelo presidente Hirose.

Panorama Político

UM ELOGIO RARO

O aumento de taxa do Funrejus aprovado 2ª. feira, verba utilizada na construção e reforma de instalações do Judiciário, vai incidir apenas em imóveis negociados com valor acima de R\$ 490 mil reais. Vitória dos parlamentares. O que se espera é que sua aplicação seja em obras menos suntuosas do que costumam ser feitas. A propósito: o hotel cinco estrelas adquirido para sediar a PGE, numa história confusa, prova que órgão público não precisa de luxo e sim de praticidade. Lá, sobra um e falta a outra.

REFLEXÃO

O dinheiro é como a política: mesmo quem não é seu escravo, depende dele para viver. Ninguém consegue ser totalmente independente. Assim, com tantas coisas interligadas, dependendo uma das outras, para viver uma, tens que aceitar outra. Se quiseres ver um belo arco-íris, tens que aceitar a chuva.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNJ abre investigação contra três juízes acusados de fraudes em precatórios

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu ontem (17) abrir processo disciplinar contra três juízes de Rondônia acusados do pagamento indevido de R\$ 500 milhões em precatórios, títulos da dívida pública reconhecidos por decisão judicial definitiva. Os três magistrados já estavam afastados por determinação do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em função do inquérito criminal que apura os supostos desvios.

Por unanimidade, o CNJ decidiu abrir processo disciplinar contra o desembargador Vulmar de Araújo Coêlho Junior, do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, e os juízes trabalhistas Domingos Sávio Gomes dos Santos e Isabel Carla Piacentini. No processo administrativo, a punição máxima que os

magistrados podem receber é a aposentadoria compulsória, com o pagamento dos salários.

De acordo com o conselho, o valor de R\$ 500 milhões em precatórios foi pago de forma irregular para advogados e outras pessoas que não eram credores dos papéis.

A defesa dos acusados informou ao CNJ que eles não tiveram participação nas irregularidades do pagamento. O desembargador Vulmar de Araújo afirmou que as acusações são fantasiosas, e foram feitas em represália à sua atuação na corregedoria do tribunal. Domingos Sávio disse que sempre exerceu suas funções de forma correta. A juíza Isabel Carla declarou que foi vítima do "esquema fraudulento envolvendo advogados e membros do TRT".

Igreja Universal terá de devolver mais de R\$ 74 mil de doações feitas por fiel

A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) terá de devolver a uma ex-fiel mais de R\$ 74 mil, em valores de 2004 a serem corrigidos. A igreja não conseguiu fazer com que seu caso fosse reavaliado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que manteve a decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF).

A fiel trabalhava como contadora. Em 2003, recebeu uma grande quantia em pagamento de um trabalho. Um pastor da IURD a teria então pressionado para que fizesse um sacrifício "em favor de Deus". A insistência do pastor incluía ligações e

visitas à sua residência.

Segundo alegou, estava em processo de separação judicial, atordoada e frágil. Diante da pressão, teria feito a doação de mais de R\$ 74 mil, em duas parcelas. Depois disso, o pastor teria sumido da igreja, sem dar satisfações. A IURD afirmava não saber do ocorrido nem ter como ajudá-la. Em 2010, a contadora ingressou com ação para declarar nula a doação.

Ela alegou que passou a sofrer de depressão, perdeu o emprego e ficou em crescente miséria. Testemunhas apontaram que chegou a passar fome, por falta de dinheiro.

4ª Turma Recursal é instalada em Curitiba

Foi instalada nesta manhã (16/12) a 4ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais (JEFs) da Seção Judiciária do Paraná (SJPR), em Curitiba. A turma passará a funcionar no Fórum Federal Ministro Milton Luiz Pereira. O coordenador dos JEFs da 4ª Região, desembargador federal Victor Luiz dos Santos Laus, salientou a construção conjunta dos magistrados que coordenaram os JEFs na instalação das 12 Turmas Recursais na Região Sul. "Agradeço a todos por este processo vitorioso", destacou.

O presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), desembargador federal Tadaaqui Hirose, também agradeceu a todos aqueles que atuam nas Turmas Recursais.

Justiça do DF condena Arruda e Jaqueline Roriz

A Justiça do Distrito Federal condenou na última segunda-feira (16), por improbidade administrativa, três réus que foram investigados na Operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal, que apurou a existência de um esquema de compra de apoio parlamentar na Câmara Legislativa do Distrito Federal, que ficou conhecido como mensalão do DEM. Os condenados podem recorrer da decisão.

O juiz da Álvaro Ciarlini, da 2ª Vara da Fazenda Pública, condenou os envolvidos a devolverem aos cofres públicos R\$ 300 mil, além do pagamento de danos morais no valor de R\$ 200 mil.

18 DEZ 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Fábio Camargo garante que sua eleição foi legal

O ex-deputado Fábio Camargo falou ontem pela primeira vez, desde que foi eleito conselheiro do Tribunal de Contas no mês de julho. Ele foi afastado do cargo por uma liminar da desembargadora Regina Portes Afonso no dia 27 de novembro. Na decisão, ela afirma que o ex-deputado foi beneficiado na eleição porque não apresentou todos os documentos dentro do prazo. Além disso,

o conselheiro afastado apresentou uma certidão criminal positiva, fato que contraria o regulamento.

Fábio Camargo afirmou que não teve nenhum favorecimento na eleição. “De posse da certidão, verificaram que não tinha nenhum impedimento para disputar a eleição. É uma certidão positiva não impeditiva. Nós estamos comprovando tecnicamente, juridicamente, que não

existiu absolutamente erro algum da minha parte”, disse o ex-deputado.

Nos próximos dias, mais uma decisão da Justiça vai questionar a eleição para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas. O ex-deputado teve um voto a menos do que o mínimo para se eleger em primeiro turno. “O quórum é 52. Vinte e sete é metade mais um”, alegou Fábio Camargo.



Fábio apresentou os argumentos em favor de sua eleição

18 DEZ 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Aprovado reajuste de 11,45% nas Custas Judiciais

Os deputados aprovaram ontem o projeto do Tribunal de Justiça, que altera as tabelas do Regimento de Custas judiciais. Na proposta, que passou em primeira e segunda votação, o Judiciário informa que o módulo unitário do Valor de Referência de Custas (VRC) a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014 será igual a R\$ 0,157 – o que significará um reajuste de 11,45%.

Esse percentual (de 11,45%) representa a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de outubro de 2011 a setembro de 2013, período de dois anos de recomposição. A proposta passou com uma emenda da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que suprime o artigo 2º do texto original. Com isso, o Judiciário não fica autorizado a fazer esses reajustes anualmente por meio de decreto judiciário.

18 DEZ 2013

BEMPARANÁ

Custas judiciais

No penúltimo dia de trabalho, os parlamentares aprovaram em plenário projeto do Tribunal de Justiça que reajusta em 11,45% as tabelas do Regimento de Custas judiciais a partir de 1º de janeiro. O percentual representa a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de outubro de 2011 a setembro de 2013, período de dois anos em que não houve aumento. Os deputados retiraram o artigo 2º do texto original, que previa que o Judiciário ficaria autorizado a fazer esses reajustes anualmente por meio de decreto, sem passar pela Assembleia.

CUSTAS SOBEM

Os deputados estaduais aprovaram ontem o projeto de lei do Tribunal de Justiça que altera as tabelas do Regimento de Custas judiciais. O módulo unitário do Valor de Referência de Custas que passará a vigorar a partir de 1º de janeiro será igual a R\$ 0,157 - o que significará um reajuste de 11,45%, correspondente à variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de outubro de 2011 a setembro de 2013.

18 DEZ 2013

BEMPARANÁ



Fábio Camargo se defende

O ex-deputado estadual Fábio Camargo afirmou ontem que pretende recorrer das decisões judiciais que o afastaram do cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado e anularam sua eleição. Camargo garantiu que o processo foi "transparente e democrático" e que não procedem as alegações usadas contra ele nas ações judiciais. No último dia 27, a desembargadora Regina Portes Afonso concedeu liminar pedida pelo empresário Max Schrappe, que também disputou a vaga. O empresário entrou com a ação pedindo anulação da eleição, alegando que Camargo não apresentou a documentação exigida para disputar a eleição, entre elas certidões negativas de ações na Justiça. Ele também alega que, com os 54 deputados estaduais estavam presentes à sessão, Camargo deveria obter pelo menos 28 votos para ser eleito no primeiro turno, de acordo com ato da comissão especial da Assembleia Legislativa do Paraná que analisava as candidaturas. Camargo foi eleito em disputa apertada com 27 votos contra 22 do também deputado Plauto Miró Guimarães (DEM). No último dia 12, o relator do caso, desembargador Ruy Cunha Sobrinho, rejeitou recurso do ex-deputado. Além disso, o juiz Roger Vinícius Pires de Camargo Oliveira acatou ação popular determinando a anulação da eleição.

Quórum

Camargo alegou que a certidão positiva de processo judicial contra ele não era impeditiva de sua candidatura. E também contestou problemas no quórum de votação. "O quórum é 52. Vinte e sete é metade mais um", alegou. O ex-deputado negou ainda que tenha havido tráfico de influência ou pressão sobre parlamentares para que votassem nele.

18 DEZ 2013

BEM PARANÁ

Cid Vasquez

Conselho do MP não renova licença

O Conselho do Ministério Público do Paraná decidiu não renovar a licença do procurador de Justiça Cid Vasquez continuar exercendo o cargo de secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná. Desta forma, Vasquez terá de optar pela carreira no MP ou a função no Poder Executivo. O Conselho se reuniu na segunda-feira, e a decisão foi por oito votos a um.

A licença do atual Secretário de Segurança vence dia 31 de dezembro, data em que ele terá de retornar aos quadros do MP. "É uma medida descabida, uma decisão

política, sem sentido algum. Por semana, tenho falado duas ou três vezes com o procurador geral de Justiça, atendendo pedidos do Ministério Público no que se refere a flexibilização deste rodízio e tudo foi atendido. E de repente essa medida impedindo o secretário Cid Vasquez de exercer as suas funções", disse o governador Beto Richa, durante solenidade de entrega de veículos para a Polícia Rodoviária Estadual.

"Eu quero que ele fique. Acho que o Paraná precisa do Cid Vasquez, que está fazendo um belíssimo trabalho", concluiu o governador.

KARLOS KOHLBACH

Beto Richa irritado com saída de Cid Vasques

O governador Beto Richa (PSDB) ficou extremamente irritado com a decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Paraná que ontem não renovou a licença para que procurador de Justiça Cid Vasques permaneça como secretário de Segurança Pública em 2014. A licença vence agora em 31 de dezembro deste ano e Vasques terá de decidir entre a carreira no MP ou o cargo no Executivo. Descontente, Richa já comunicou aos assessores mais próximos que vai tentar manter Vasques no comando da segurança do Paraná. O caso deve parar na Justiça. Governistas apostam numa decisão favorável do Tribunal de Justiça para manter o secretário. No entanto, se tudo der errado e Cid Vasques retornar ao MP, o governador já comunicou aos seus assessores: "vou colocar um secretário ainda mais linha dura".

18 DEZ 2013

BEMPARANÁ

Participante de "pegadinha" ganhará indenização

Uma mulher que teve as imagens veiculadas pela TV Record em uma "pegadinha" ganhou o direito de receber R\$ 3.500 de indenização porque não autorizou a divulgação da brincadeira. Segundo o Tribunal de Justiça de São Paulo, a exposição da mulher sem permissão configurou dano moral. A ação movida por Waldete Rocha Felix havia sido julgada improcedente em primeira instância, mas ela recorreu e a 3ª Câmara de Direito Privado mudou o parecer. De acordo com o tribunal, o desembargador Carlos Alberto de Salles afirmou que era dever da emissora comprovar que a participante autorizou o uso de sua imagem.

18 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

CNJ afasta 3 magistrados da Justiça do Trabalho

Eles são acusados de pagar de modo indevido R\$ 500 milhões em precatórios

O CNJ (Conselho Nacional de Justiça) abriu ontem processos administrativos afastando três magistrados do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região —que engloba os Estados de Rondônia e do Acre—, acusados de pagar indevidamente precatórios (dívidas do Executivo com ordem judicial de pagamento) de quase R\$ 500 milhões.

Pelo processo, o desembargador Vulmar de Araújo Coelho Junior e os juízes Domingos Sávio Gomes dos Santos e Isabel Carla de Mello Moura Piacentini também respondem a inquérito no STJ (Superior Tribunal de Justiça).

A decisão do CNJ impede, na prática, que eles voltem a ocupar seus cargos caso consigam reverter o afastamento no STJ. Mesmo assim, os três continuam a receber seus salários até o final do processo, conforme resolução do CNJ.

De acordo com o corregedor nacional de Justiça, Francisco Falcão, o pagamento dos precatórios foram efetuados a advogados e sindicalistas, e nunca chegaram aos trabalhadores que deveriam tê-los recebido.

Coelho Junior e Gomes dos Santos dizem que as denúncias são fantasiosas e que tiveram cerceados seus direitos de defesa. A juíza Piacentini diz que é vítima de um esquema fraudulento criado no TRT. (SEVERINO MOTTA)

18 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Juízes do DF apontam o risco de rebelião no Complexo da Papuda

Privilégios de réus do mensalão criaram tensão, dizem magistrados

Juízes substitutos da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal, responsáveis pela prisão de condenados no processo do mensalão, fizeram pedidos à cúpula do Tribunal de Justiça do Distrito Federal para serem removidos da Vara e alertaram para uma iminente rebelião e fuga nas vésperas do dia de Natal.

A informação foi divulgada ontem pelo jornal "O Globo". Os pedidos de remoção foram analisados pelo primeiro-vice-presidente do TJ-DF, desembargador Sérgio Bittencourt, que negou a transferência, mas encaminhou os documentos à Corregedoria do tribunal para que tome providências.

Segundo o relato de um dos juízes substitutos da Vara, o fato de os presos do processo do mensalão terem recebido visitas em dias e horários em que os demais presos não podiam e a exposição do Complexo Penitenciário da Papuda na mídia teriam criado uma situação de grande tensão no sistema prisional.

"O ambiente no sistema prisional encontra-se extremamente tenso (...) este magistrado tomou conhecimento, por três fontes autônomas, de uma iminente rebelião e fuga às vésperas do dia de Natal", diz o documento.

O magistrado também afirma que está "em andamento um concreto movimento de sabotagem por parte de agentes do sistema prisional, tudo com o objetivo de desestabilizar a VEP (Vara de Execuções Penais)".

Outro relato à vice-presidência menciona a "desgastada relação" dos juízes substitutos com o titular da Vara, Ademar Vasconcelos.

No último dia 24, Vasconcelos, cuja condução das prisões no mensalão estava desagradando o presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, foi trocado por um juiz substituto no comando do processo. Na ocasião o juiz Bruno Ribeiro passou a conduzir o processo com o auxílio de dois substitutos, Ângelo Pinheiro e Mário José de Assis Pegado.

A atuação de Vasconcelos também foi questionada pelo Ministério Público do Distrito Federal, que pediu à corregedoria do TJ-DF que o investigue devido ao tratamento diferenciado que os presos do mensalão receberam.

Entre os argumentos usados para manter na Vara os juízes, o vice-presidente do TJ-DF, Sérgio Bittencourt, disse que a "situação de instabilidade do sistema prisional" impõe a manutenção dos magistrados na Vara para evitar uma "instabilidade maior".

(SEVERINO MOTTA)

18 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Jefferson questiona STF sobre viabilidade de sua dieta na prisão

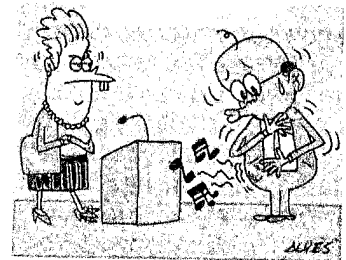
DE BRASÍLIA - A defesa do delator do mensalão, Roberto Jefferson, enviou ao STF documento solicitando que a administração do presídio no Rio de Janeiro para onde ele pode ser enviado informe se conseguirá ou não servir a dieta prescrita pelo médico de Jefferson — composta por alimentos como geleia, salmão defumado, mel, frutas frescas e sucos batidos com água de coco.

Segundo os advogados do delator, além da operação que realizou para retirar um câncer do pâncreas, Jefferson sofre com diabetes, hipertensão arterial e histórico de obesidade mórbida, o que o levou a de-

envolver deficiência nutricional crônica e anemia.

O documento foi enviado ao STF após laudo do Instituto Nacional de Câncer apontar que não há mais indícios do tumor que Jefferson tratou em 2012 e a Vara de Execuções Penais do Rio de Janeiro informar que há presídios no Estado com condições de recebê-lo apesar de sua condição de saúde.

Caberá ao presidente do STF, Joaquim Barbosa, decidir se enviará o documento da defesa à Secretaria de Segurança Pública do Rio e se aceitará o pedido de prisão domiciliar de Jefferson, após parecer do procurador-geral Rodrigo Janot.



Modo avião Na hora em que Dilma iniciou sua fala na festa de Natal no Palácio da Alvorada, o celular de Joaquim Barbosa tocou e o presidente do STF demorou até conseguir desligá-lo. “Se fosse um de nós, estava exonerado”, brinca um ministro.

Fim... No fim de sua gestão no Ministério Público Federal, em junho, Roberto Gurgel e sua esposa, a subprocuradora Claudia Sampaio, pediram o arquivamento de dois inquéritos que tramitavam no STF contra Alfredo Nascimento e Valdemar Costa Neto, ambos do PR.

... de caso Ontem, o relator do caso no STF, Ricardo Lewandowski, acolheu o pedido do MP. Os inquéritos visavam apurar o suposto envolvimento de ambos em irregularidades no Ministério do Trabalho durante a gestão de Nascimento. A decisão deve ser divulgada hoje.

18 DEZ 2013

FOLHA DE S. PAULO

Justiça Federal manda paralisar obras da usina de Belo Monte

Tribunal Regional anulou licença de instalação; cabe recurso

A Justiça Federal determinou nova paralisação das obras da usina de Belo Monte, em Altamira (PA). A decisão, tomada ontem pela manhã, ainda não foi publicada e só terá valor a partir da comunicação à empresa responsável pela obra.

Cabe recurso e as obras continuam enquanto a companhia não for notificada.

A 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, julgava recurso do Ministério Público Federal contra decisão da 9ª Vara da Seção Judiciária do Pará de maio deste ano, que validou o licenciamento ambiental das obras da usina.

O relator do processo na 5ª Turma do TRF-1 acatou o recurso do MPF contra a decisão da Justiça paraense.

Ele anulou a licença de instalação de Belo Monte e estabeleceu ainda que o BNDES não repasse recursos para a obra enquanto as condicionantes da licença prévia não forem cumpridas. Em caso de não cumprimento, a multa diária é de R\$ 500 mil.

Em outubro, o mesmo desembargador já havia dado uma liminar nessa mesma ação suspendendo a obra. A liminar foi cassada e as obras prosseguiram.

Na Ação Civil Pública que correu no Pará, os procuradores tentavam anular a licença de instalação, argumentando que condicionantes do Ibama na licença prévia, anterior à de instalação, não foram cumpridas.

A licença prévia de Belo Monte foi emitida em 2010, pouco antes do leilão. Tem 40 itens para serem cumpridos pelo empreendedor, parte deles até o momento da concessão da licença de instalação e outra parte até a licença de operação, que ainda não foi emitida.

Para cumprir as condicionantes, a Norte Energia, responsável pela obra, fez um plano que prevê centenas de ações, estimadas em cerca de R\$ 4 bilhões.

Muitas delas estão atrasadas, como o saneamento básico da cidade de Altamira.

Por causa dos atrasos, o Ibama já multou duas vezes a Norte Energia e tem ameaçado não dar a licença de operação, que precisa sair no ano que vem para que ela possa começar a operar em 2015, como previsto.